

OPINIÃO (1972-1977) E OS LIMITES DA FRENTE AMPLA

OPINIÃO (1972-1977) AND THE LIMITS OF THE BROAD FRONT

Jeferson Candido¹

RESUMO: O artigo busca resgatar a experiência do semanário *Opinião* como veículo de frente da oposição à ditadura civil-militar instalada no Brasil com o Golpe de 1964. Publicado no Rio de Janeiro, entre novembro de 1972 e abril de 1977, *Opinião* acabaria sendo atingido fatalmente, e paradoxalmente, pela abertura do regime iniciada em 1974 no Governo Geisel. As diferenças entre os diversos grupos de distintos matizes políticos – até então colocadas em segundo plano diante da luta comum – acabam por se mostrar incontornáveis em sua própria redação. A perspectiva da volta da disputa pelo poder acaba, por fim, esvaziando sua função antes mesmo de a redemocratização se consolidar.

Palavras-chave: Década de 1970; periodismo; política.

ABSTRACT: The article seeks to rescue the experience of the weekly periodical *Opinião* as a front vehicle for opposition to the civil-military dictatorship installed in Brazil with the 1964 Coup. Published in Rio de Janeiro, between November 1972 and April 1977, *Opinião* would be fatally and paradoxically affected by the opening of the regime initiated in 1974 under the Geisel Government. The differences between the many groups of different political nuances - until then placed in the background in face of the common struggle - end up unavoidable in their own writing. The prospect of a return to the power struggle ends up emptying its function even before redemocratization is consolidated.

Keywords: 1970s; periodism; politics.

A dívida que toda uma geração de políticos e intelectuais tem para com Opinião e para com Fernando Gasparian é imensa.

Fernando Henrique Cardoso (2007, p. 12)

Em torno das figuras centrais de Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart, era lançada em outubro de 1966 a Frente Ampla. Tendo como objetivo a redemocratização do país, tal movimento político chegou a realizar mobilizações públicas entre o final de 1967 e o

¹ Núcleo de Estudos Literários & Culturais – UFSC. Doutor em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina e pesquisador do Núcleo de Estudos Literários & Culturais – UFSC, Brasil.

início de 1968, mas teve vida curta: suas atividades foram proibidas por uma portaria do governo Costa e Silva em abril de 1968. O Ato Institucional n. 5 (AI-5), baixado em dezembro do mesmo ano, acabaria por estabelecer os alicerces definitivos da ditadura civil-militar brasileira. Somente ao final de 1972 uma nova tentativa de frente ampla teria sucesso, ainda que, de certo modo, restrito. Restrito porque, sem poder contar com as lideranças políticas cassadas e/ou exiladas, essa frente contava apenas com as páginas de um semanário nacional: *Opinião*.

Fernando Gasparian (1930-2006) teve sua vida atravessada pelo golpe de 1964. Nascido em São Paulo, numa família que se fez industrial a partir dos anos 1930, formou-se politicamente na campanha pelo monopólio estatal do petróleo e no movimento estudantil de fins dos anos 1940. Empresário de destaque, tornou-se uma das lideranças da indústria nacional nos anos 1960 e, nessa condição, foi um dos apoiadores das reformas de base propostas pelo governo João Goulart. O passado de líder estudantil, a amizade com políticos e intelectuais cassados e o apoio ao governo deposto o colocariam na lista de “subversivos” acompanhados de perto pela ditadura.

Durante os primeiros anos do golpe, Gasparian pôde usar de sua posição para criticar abertamente o regime, ou, ao menos, sua política econômica. No final de 1969, porém, com base no AI-5, é cassado de seus cargos sindicais e, visado pelo aparato repressor, ruma com a família para um autoexílio na Inglaterra. Nesse período, atuaria como *visiting fellow* na Universidade de Nova Iorque e *visiting scholar* no Royal Institute of International Affairs, em Londres. É na capital inglesa que Gasparian recebe a notícia do desaparecimento de seu amigo, o deputado cassado Rubens Paiva, em janeiro de 1971. A notícia o levaria a estender a permanência na Inglaterra, onde passa a atuar também como *visiting fellow* na Universidade de Oxford.

O desaparecimento de Paiva, o contato com os exilados e a situação política do Brasil despertam-lhe a ideia de criar uma publicação de oposição ao regime. Com Celso Furtado, Luciano Martins, Fernando Henrique Cardoso, Plínio de Arruda Sampaio, Roberto Garcia e Paulo Francis, passou a discutir essa ideia, que resultaria, afinal, no semanário *Opinião*. Para o cargo de editor, Bernardo Kucinski, então em Londres também, indica-lhe o nome de Raimundo Rodrigues Pereira.

Uma vez retornado ao Brasil em 1972, Gasparian acabaria por se tornar, ao longo da década de 1970, o principal editor da oposição à ditadura. Além do semanário, lançou as revistas *Argumento* e *Cadernos/Ensaio de Opinião*, comprou a Editora Paz e Terra e inaugurou a Livraria Argumento em São Paulo e no Rio de Janeiro. Mas antes ainda do lançamento de *Opinião*, o empresário ajudou aquele que era, à época, o maior veículo de oposição à ditadura, o *Pasquim* (com quem o novo semanário, inclusive, dividiria a redação em seus quatro primeiros números). Segundo o próprio Gasparian:

[...] e então eu voltei, e peguei o *Pasquim* que estava financeiramente muito mal. Ajudei a tomar conta do *Pasquim* para ver como era a economia de um jornal desse tipo. O *Pasquim* dava lucro, mas o pessoal, intelectual... assinavam papel em branco pensando que era autógrafa e era promissória... [...] O *Pasquim* mudou quando o Millôr passou a tomar conta. O Millôr interditou o jornal. E eu peguei as dívidas do *Pasquim*, parcelei em 24 meses, avalizei pessoalmente, e o pessoal topou. [...] O *Pasquim* era um aprendizado para saber como fazer com um jornal, quanto custava... para montar o esquema

econômico do novo jornal... (apud KENSKI, 1990, p. 48).

Enquanto realizava seu “estágio” no *Pasquim*, Gasparian discutia com Raimundo Pereira o projeto da nova publicação. Gasparian pensava em algo como a *New Statesman*, uma revista político-cultural semanal criada em 1913 em Londres, ligada aos socialistas fabianos e escrita por intelectuais. Raimundo, que tivera passagem destacada pelo *Jornal da Tarde*, *Realidade* e *Veja*, por sua vez, acalentava o projeto de um semanário de informações alternativo a esta última, escrito por jornalistas e, ponto importante, cuja propriedade lhes pertencesse (KUCINSKI, 2003, pp. 304-310).

Mas o poder absoluto da ditadura exigia uma resposta, ainda que dentro dos limites possíveis. Assim, em 1972, como lembraria depois Raimundo, “o grande projeto do jornal foi pegar toda essa frente de liberais, nacionalistas e toda a esquerda. Porque a esquerda sozinha não faria!” (apud KENSKI, 1990, p. 98). *É a necessidade, pois, de se formar novamente uma frente política de oposição à ditadura no campo democrático* que faz com que as divergências sejam, enfim, superadas, embora o resultado seja um híbrido entre a ideia original de Gasparian e aquela defendida por Raimundo. Inspirado no semanário inglês *The Guardian Weekly* – uma seleção semanal impressa em papel bíblia de artigos do *The Guardian*, *Le Monde* e *The New York Times* –, Raimundo projeta *Opinião*, nome dado por Gasparian (KUCINSKI, 2003, p. 303).

Embora não nos detenhamos aqui na contextualização da chamada “imprensa alternativa” dos anos 1970, para a qual remetemos o conhecido livro de Bernardo Kucinski, vale situar *Opinião* nesse panorama. É claro que a razão primeira do semanário é também aquela da maioria dos alternativos: a oposição ao regime. Diferentemente de todos os outros, no entanto, *Opinião* tinha “dono”, ou melhor, um dono. E não estava no horizonte de Gasparian – portanto, de “seu” jornal – qualquer discussão a respeito de uma transformação radical da sociedade, horizonte comum à maioria dos alternativos. Como apontava Raimundo Pereira ainda em 1975, “*Opinião* nunca foi um jornal de esquerda. Foi uma coisa que fora daqui você chama de centro-esquerda, ou à esquerda do centro, mas está ali, perto do centro, sem a menor dúvida!” (PEREIRA, 1975b, p. 35). Desse modo, concordamos com Kucinski em sua caracterização do semanário como “alternativo” apenas na medida em que

Gasparian não aceitava o princípio da participação, mas também não pagava os salários de mercado, daí a excepcionalidade de *Opinião*, e seu caráter de imprensa alternativa, mesmo tendo um proprietário capitalista formal. Isso permitiu que Raimundo e sua equipe passassem a se considerar, na prática, coproprietários do jornal (KUCINSKI, 2003, p. 308).

A classificação de *Opinião* como um veículo de imprensa “alternativo” também era vista com cuidado por Gasparian. Talvez porque a partir de 1975, quando do “surto” alternativo, os termos mais utilizados para designá-lo fossem “imprensa underground”, “imprensa marginal” ou “imprensa nanica”. Gasparian assim se manifesta na coluna *Jornal dos Jornais*, que Alberto Dines mantinha na *Folha de S. Paulo*:

Parece-nos que esta classificação (de imprensa “underground”) não nos é favorável, uma vez que somos uma imprensa legal e não queremos nem pretendemos nos marginalizar. Muito ao contrário, temos lutado contra aqueles que desejam diminuir a importância do papel que vimos exercendo,

colocando-nos “à margem”, nos “subterrâneos”. A nosso ver, pertencemos a uma imprensa democrática, independente, não-comercial, jamais subterrânea ou marginal (apud DINES, 1975, p. 10).

Como vemos, o foco da rejeição parece ser a terminologia utilizada para designar os veículos alternativos, já que Gasparian faz questão de destacar o caráter “não-comercial” de *Opinião*. Os termos mais acertados, pois, para ele, seriam imprensa “democrática” e “independente”.

O número zero de *Opinião* surge em 23 de outubro de 1972, com seus princípios básicos descritos na primeira frase: “Um jornal que não defende interesses pessoais, não pertence a nenhum partido, não é porta-voz de qualquer ideologia e se recusa a aceitar um volume de publicidade que ultrapasse a 20 por cento de sua receita” (UM NOVO SEMANÁRIO NACIONAL, 1972, p. 1). A apresentação esclarece ainda o lugar que o jornal pretende ocupar. A resposta vem na forma de pergunta:

Um jornal de oposição? – *Opinião* não vai fazer “política” na medida em que não vai fazer propaganda de movimentos políticos ou preservar a imunidade de grupos ou igrejinhas – garante Raimundo. Mas sua honestidade não deve ser confundida com omissão: – Não temos medo de ter opinião – diz ele. Somos, por exemplo, contra a depredação do ambiente, a exploração do consumidor, o roubo das riquezas nacionais e temos como compromisso a defesa dos direitos do cidadão e das liberdades democráticas (UM NOVO SEMANÁRIO NACIONAL, 1972, p. 2).

Seriam 24 páginas, divididas em três editorias: Assuntos Nacionais, Assuntos Internacionais e Tendências e Cultura. O grande destaque do semanário seria a editoria de assuntos internacionais, com seu encarte de quatro páginas com artigos selecionados do *Le Monde*, constituindo a edição brasileira do jornal francês, além de outros convênios com publicações de prestígio, como o *Washington Post*, a *New York Review of Books*, a *New Statesman* e o *Guardian* (e, posteriormente ainda, a revista *Le Nouvel Observateur*).

Na contracapa, com destaque, os nomes de alguns dos futuros colaboradores: segundo *Opinião*, para fazer o leitor “entender os fatos mais importantes da política, da economia, do comportamento social e da cultura”, o jornal contaria “com colaboradores do porte de” Antônio Callado, Fernando Henrique Cardoso, Millôr Fernandes, Paulo Francis, Hélio Jaguaribe, Chico de Oliveira, Paul Singer, Aloysio Biondi, Washington Novaes, José Arthur Giannotti, Jean-Claude Bernardet, Celso Furtado, Oscar Niemeyer, Lauro de Oliveira Lima, Otto Maria Carpeaux, Chico Buarque de Holanda.

Lançado finalmente em 6 de novembro, as vendas superaram as expectativas. O primeiro número vendeu mais de 30 mil exemplares e os subsequentes uma média de 29 mil, com alguns chegando 38 mil. Tido como um dos mais importantes jornais do período, *Opinião*, de acordo com Kucinski, “nasceu como se já tivesse cem anos de tradição. Combinava a afeição clássica com uma linha editorial crítica”, funcionando “como canal de comunicação entre intelectuais e jornalistas perseguidos pelo regime e seu público”. Suas páginas representaram um salto de qualidade da imprensa brasileira (KUCINSKI, 2003, pp. 315-316).

Opinião transformou-se numa grande vitrine para a intelectualidade advinda da universidade e, mais ainda, daquela ligada ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), que se fez conhecer em suas páginas. Atraiu o apoio de jornalistas já reconhecidos e revelou novos nomes, com reportagens que abordavam temas ignorados pela grande imprensa. E ao mesmo tempo em que fazia a crítica à ditadura, trazia aos leitores brasileiros o que de mais relevante acontecia no mundo.

Em termos políticos, a equipe de redação, inteiramente ligada à esquerda, se diversificava em tendências e grupos, com trotskistas, maoístas, comunistas identificados com o PC, dissidentes e independentes, segundo o então correspondente de *Opinião* em Londres, Bernardo Kucinski (2003, p. 306). O “porte” dos colaboradores destacados pelo semanário, na verdade daqueles já reconhecidos (e diversificados também eles em termos de tendências políticas), e o elenco de publicações estrangeiras não serviam apenas como publicidade, mas, também, como uma tentativa de constranger a censura. Nem uns, nem outras surtiriam qualquer efeito prático nesse sentido, no entanto: a censura prévia se impôs já a partir do número 9, primeiro, na redação, depois, com a remessa dos originais à Brasília.

Mas além da censura prévia que acompanharia o semanário daí por diante, e das prisões, dos processos e até de atentado à bomba, *Opinião* teria também, desde o início, suas crises internas. A relação entre a equipe do jornal e seu dono seria, muitas vezes, conflituosa. Uma das divergências, ainda quando do projeto de *Opinião*, dizia respeito ao tamanho da equipe. Para Gasparian, por conta das despesas, ela deveria ser reduzida. Raimundo, por sua vez, queria uma grande redação, o que conseguiu, em parte, “diminuindo o salário dos participantes e montando, ao mesmo tempo, uma rede de colaboradores” (KENSKI, 1990, pp. 49-50). Essa divergência diz respeito ao que seria, afinal, *Opinião*. Como vimos, Gasparian queria um semanário escrito por colaboradores de destaque, intelectuais, enquanto Raimundo e seu grupo queriam um semanário de informações, isto é, jornalístico. Com o agravamento da censura esse conflito só aumentaria. Tendo que trabalhar dobrado para produzir matérias suficientes para uma edição, mas recebendo salários “que outros jornalistas não aceitariam”, a redação passaria a se considerar a “verdadeira dona” do jornal.

As diferenças entre Gasparian e a redação se acumulavam. Ainda em julho de 1973, por exemplo, Gasparian ficara muito irritado com um artigo – por conta da linguagem irônica utilizada – sobre Magalhães Pinto, já que o Banco Nacional, do então senador, era o único que ainda lhe abria as portas (KUCINSKI, 2003, pp. 327-328). Nesses conflitos, cabia aos intelectuais o papel de mediadores, com destaque para Fernando Henrique Cardoso.

As eleições de 1974 acentuam ainda mais as diferenças ideológicas no interior do jornal. A cobertura de *Opinião* apontava para uma derrota do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e enfatizava as divisões internas do partido, elogiando o grupo dos autênticos ao mesmo tempo em que criticava os emedebistas moderados, muitos deles amigos de Gasparian. Tal posicionamento seria corrigido pouco antes de 15 de novembro, quando, afinal, o MDB obtém significativa vitória. Logo depois, porém, *Opinião* faz uma dura crítica ao deputado federal eleito pelo MDB de Minas Gerais, Marcos Tito. Dizendo-se membro da ala “autêntica” do partido durante a campanha, Tito negara essa filiação em sua primeira entrevista coletiva. A redação não sabia, mas o deputado havia sido um dos eleitos com o apoio de Gasparian (KUCINSKI, 2003, p. 332; KENSKI, 1990, p. 55).

Na verdade, a abertura do governo Geisel começa a fraturar o projeto de frente representado por *Opinião*. Ao mesmo tempo, Raimundo e equipe já se dedicam ao projeto de um novo jornal, nos moldes do que desejavam antes de reunirem-se com Gasparian.

As diferenças levam, por fim, à ruptura e, no número 122, de 7 março de 1975, uma nota informa que “a direção de *Opinião* decidiu substituir o editor do jornal, o sr. Raimundo Rodrigues Pereira, e foi surpreendida com a demissão coletiva da redação” (SUBSTITUIÇÃO, 1975, p. 2). Segundo Gasparian, a crise definitiva se deu quando um artigo de Franklin de Oliveira, feito a seu pedido, foi publicado pelo editor como carta à redação. A demissão era uma questão de caráter pessoal. Para Raimundo, por sua vez, o principal motivo era de *caráter ideológico, tendo em vista as diferenças de posição acerca do processo de abertura do regime*. Sem acordo para a permanência do editor, cerca de 40 jornalistas decidem sair também, em solidariedade a Raimundo (KENSKI, 1990, p. 56).²

Na saída, intermediada por uma comissão de intelectuais, ficou estabelecido que a equipe não atacaria Gasparian nem iria à Justiça do Trabalho, e que Gasparian daria à equipe acesso aos arquivos de *Opinião* e compraria duas cotas do novo jornal, como sinal de apoio (KUCINSKI, 2003, p. 333). Mas a demissão em massa favorece o surgimento de boatos, tais como o de que o jornal teria “se descaracterizado como jornal de oposição, que havia feito acordos, [...] um realinhamento mais para o centro”, perdendo, assim, sua característica de frente, estando inteiramente dominado pelo Partidão (KENSKI, 1990, p. 57). Por isso, em seu editorial de despedida no número 230, *Opinião* afirmaria repudiar “os radicalismos, de direita ou de esquerda”: “aos primeiros pagamos o nosso tributo no atentando a bomba [...], ao segundo pagamos o preço da incompreensão e até da calúnia contra nossas intenções” (FIM DE UMA ETAPA, 1977, p. 6).

Parte do grupo da editoria de cultura, no entanto, não segue para o novo jornal. Ao não dar importância às questões da área, Raimundo “já havia gerado uma oposição interna de caráter não partidário, e sim centrada na crítica aos seus métodos, liderada pelo editor de Tendências e Cultura, Júlio César Montenegro” (KUCINSKI, 2003, p. 332).³ Além disso, se nas questões políticas e econômicas a união em torno de *Opinião* como um jornal de frente conseguia deixar as divergências quase sempre em segundo plano, o mesmo não se dava com as questões culturais. O grande número de colaborações para a editoria acabava por gerar uma disputa pelo espaço e, neste momento, a característica de frente desaparecia. De um lado, havia o grupo liderado por Montenegro, crítico da ortodoxia de esquerda na área e mais alinhado à contracultura; do outro, representantes dessa mesma ortodoxia, mais afeitos à ideia de uma cultura “nacional-popular”, como Fernando Peixoto, que, não por acaso, seria o primeiro editor de cultura de *Movimento*. As divergências na editoria, por sua vez, acabavam por refletir-se nas discussões sobre o comando da redação, com o grupo de Montenegro exigindo a autonomia das editorias, o que o restante da equipe não aceitava (KUCINSKI, 2003, p. 324; KENSKI, 1990, p. 73; MORICONI, 1996, p. 37).⁴

Argemiro Ferreira, com passagem por diversos jornais do Rio de Janeiro, assume como editor. Segundo Paulo Markun, além do conselho de colaboradores⁵ – que não se reunia,

² Os primeiros sinais da “distensão” na frente ampla representada por *Opinião* são destacados por Raimundo no número zero de *Movimento*: “Outro fator que inquietava a redação era o fato de a substituição do editor se dar num momento da conjuntura política nacional particularmente delicado, com os realinhamentos de várias correntes políticas, em que as forças democráticas se viam ameaçadas e seduzidas” (PEREIRA, s/d [1975a], p. 4).

³ Montenegro e Raimundo eram amigos desde o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), de onde Raimundo fora expulso em 1964.

⁴ Sobre a editoria de cultura de *Opinião*, ver MARQUARDT, 2003.

⁵ Composto por Antônio Callado, Antonio Candido, Fernando Henrique Cardoso, Millôr Fernandes, Celso Furtado, Paulo Emilio Sales Gomes, Alceu Amoroso Lima, Luciano Martins, Francisco de Oliveira, Paul Singer e Francisco Weffort.

servindo mais como uma lista de notáveis em apoio ao jornal –, foi criado, também, uma espécie de conselho editorial informal, composto por Gasparian e membros do CEBRAP, que se reunia regularmente uma vez por semana ou a cada quinze dias em São Paulo para discutir as tendências e linhas a serem adotadas (apud KENSKI, 1990, p. 57). As relações profissionais no jornal também são alteradas. O número de jornalistas e colaboradores é diminuído e Gasparian passa a pagar salários comparáveis aos da praça, embora sem carteira assinada. Alguns dos jornalistas da antiga equipe retornam (KENSKI, 1990, pp. 57-58). Em julho seria lançado *Movimento*, o novo jornal de Raimundo e a ex-equipe de *Opinião*.

Assim seguiria o jornal por pouco mais de um ano, até junho de 1976, convivendo com uma censura que vai, aos poucos, diminuindo sua força e também sua venda. Os salários já defasados e o desânimo com a censura ocasionam a saída de Argemiro e de alguns jornalistas. A imprensa tradicional oferece melhores condições e *Opinião* vai sendo esvaziado. Os que permanecem, nessas condições, sentem-se no direito de ditar a linha editorial (KENSKI, 1990, p. 59). Sem editor, a função é dividida entre os secretários Oséas de Carvalho e Genilson Cezar (substituídos, posteriormente, por Carlos Clémen e Marcus Penchel), o que acaba por oportunizar a autonomia dos editores-assistentes.

Contando com essa autonomia, além de sua amizade com Genilson, Júlio César Montenegro retorna ao jornal para assumir a seção de cultura, depois de breve período no *Jornal de Debates*.⁶ Não por acaso, o último conflito interno de *Opinião* teria a editoria de cultura como epicentro. Ainda no início de 1976, uma crítica contundente à *Gota d'água*, peça de Chico Buarque e Paulo Pontes, “teve péssima repercussão na redação” e acabou não sendo publicada. Outras críticas, no entanto, seriam, como aquelas de José Arrabal às peças *A longa noite de cristal*, de Oduvaldo Vianna Filho, e *Ponto de Partida*, de Gianfrancesco Guarnieri (ADAMATTI, 2015, pp. 360-361). Mas a gota d'água (!), de fato, seria o tratamento dado ao filme *Xica da Silva*, de Cacá Diegues. Conforme Margarida Adamatti (2015, p. 360), “o proprietário do jornal ficou irritadíssimo com a palavra ‘abacaxica’. Era o pior que se poderia dizer de um filme. Gasparian não queria divulgar os textos para não ofender Carlos Diegues”. Montenegro manteve os textos mas Gasparian, por sua vez, solicitou a Antonio Callado e a Roberto DaMatta artigos em defesa do filme.⁷ O conflito entre o dono e a equipe do jornal só cresceria nos meses seguintes. Como aponta Ítalo Moriconi (1996, pp. 37-38),

se os conflitos [da equipe de cultura] antes eram contra o populismo de Raimundo, agora passavam a ser contra a política cultural da frente ampla e o liberal-conservadorismo de Gasparian e de seus amigos intelectuais. Eles queriam um jornalismo cultural de esclarecimento humanista, baseado na

⁶ Montenegro conta que “nessa época foi fazer uma entrevista com Gasparian para *O Globo*” e recebeu então “um convite para retornar à editora Inúbia [editora de *Opinião*]”. Mas não foi para o *Opinião*, e sim para o *Jornal de Debates*, onde “publicou tantas cartas de leitores sobre homossexualismo e racismo que Gasparian o mandou de volta para *Opinião*” (apud ADAMATTI, 2015, p. 6). Formalmente, porém, o *Jornal de Debates* era uma publicação da Editora Crítica Ltda, do Rio de Janeiro, responsável também pelo semanário *Crítica*, dirigido por Gerardo Mello Mourão e que circulou de agosto de 1974 a novembro de 1975. Assim, ou Gasparian tinha participação também na editora, ou financiava informalmente o jornal.

⁷ Os textos de Callado e DaMatta, assim como os de Carlos Frederico (cineasta e autor da crítica intitulada “Abacaxica”), Beatriz Nascimento (historiadora) e Carlos Hasenbalg (sociólogo) ocupam a maior parte da seção de cultura de *Opinião* n. 206 (15 out. 1976, pp. 18-21), sob a chamada “Xica da Silva: Genial? Racista? Digno do Oscar? Abacaxi?”. Sobre esse episódio, ver também o depoimento de Glauber Rocha em HOLLANDA; PEREIRA, 1980, pp. 24-34.

ideia de uma cultura universal. De maneira não muito diferente da cabeça de Raimundo, privilegiavam arte engajada e não se interessavam pela politização das questões subjetivas, que para muitos eram coisa de veado e sapatão. Ficava de um lado o *establishment* maior do *Opinião*, e de outro a aliança entre o pessoal de Montenegro e a nova geração universitária.

Argemiro Ferreira (apud KENSKI, 1990, p. 59) não deixa de corroborar as palavras de Ítalo: para o ex-editor, a partir de sua saída o jornal torna-se “porta-voz dos homossexuais e divulgador de brigas internas da esquerda”. Desse modo, podemos dizer que *Opinião* se descaracteriza como instrumento *da* oposição, embora continue sendo instrumento *de* oposição.

Tal crise deveu-se justamente a um choque entre as ideias do dono de *Opinião* e as ideias da redação, estas muito mais sensíveis e afinadas com o espírito crítico ora emergente. Convivência entre a oposição tradicional – que vive apoiada em alianças espúrias – e esta outra disposta a questionar toda verdade apoiada em exercício disfarçado de autoritarismo: isto foi a tentativa fracassada da união entre Fernando Gasparian e a mais recente redação de *Opinião* (MORICONI, 1977, p. 7).

A divulgação dessas brigas talvez seja o último dos méritos do semanário. Isso porque, somado à infame censura de que era vítima, à liberdade já gozada pelos jornais tradicionais e, ainda, à proliferação – aliada a uma certa liberdade (bastante relativa) também – dos jornais alternativos, a principal razão do ocaso político de *Opinião* a partir do final de 1976 está no fato de que, como aponta Elio Gaspari (2000, p. 17, grifo nosso), “três anos de abertura haviam mudado a cena política [,] o MDB impusera-se como partido oposicionista e começava a se apresentar como *alternativa de poder*”.

É a *perspectiva de poder* que leva à ruptura da frente de oposição, cujo espaço legal (apenas) era o MDB. Dada essa perspectiva, era preciso, pois, que cada grupo, cada tendência dentro do partido e fora dele procurassem seu espaço *exclusivo* para falar. Como apontara Raimundo, *Opinião* nunca fora um jornal de “esquerda”, e esse espaço agora era ocupado por *Movimento*. A porção de “centro”, por sua vez, já podia se valer da grande imprensa. É aqui que o jornal perde a razão de ser. Reforçando esse aspecto, vemos que, mesmo no fim, as diferenças em *Opinião* com relação às questões de cultura partem de diferenças políticas. Conforme Kucinski (2003, p. 336),

a redação já se cansara da resistência pela resistência e precisava levantar novas bandeiras, uma delas a da crítica à complacência na área da cultura e em relação aos amigos de Gasparian. E produzia artigos ostensivamente críticos aos intelectuais do CEBRAP, ao MDB ou a personalidades [a ele] ligadas.

Para Gasparian, o jornal deveria priorizar a crítica ao regime. Ao direcionar críticas à oposição, *Opinião* estaria fazendo o jogo da censura, que, obviamente, não se importava em liberar os ataques. Essa é sua alegação para intervir na edição: “Aí eu interferi muito no jornal, para segurar, [...] porque era uma tremenda besteira” (apud KENSKI, 1990, p. 74). Na redação, as pressões eram atribuídas – não por acaso, como vimos – ao CEBRAP.

A censura de Gasparian levaria à crise final. Genilson Cezar e Júlio César Montenegro são demitidos e, duas semanas depois, com o encerramento do jornal, é dispensado todo o pessoal. Ana Cristina Cesar, que publicara um artigo com Ítalo Moriconi no número 229, conta:

O *Opinião* fechou. O Gasparian demitiu todo mundo no culminar de uma crise. A princípio ele dava liberdade aos editores mas ninguém tinha carteira assinada. No momento que ele começou a pressionar as editorias e exercer censura interna (especialmente contra ataques a figuras “de esquerda” – Callado, Houaiss, Werneck etc.) (e assuntos considerados “irrelevantes” como: sexo), o pessoal chiou e chegou-se a um impasse com todo mundo exigindo carteira assinada e direitos trabalhistas (“Já que você quer se impor como PATRÃO, trate-nos então como um patrão”). Conclusão: demissão coletiva e fechamento do jornal (sob desculpa de censura). O n. que está nas bancas (onde eu, Chico [Alvim] [...], Ítalo [Moriconi] e até LCL [Luiz Costa Lima] nos despedimos – viste?) é o penúltimo. Montenegro está articulando uma revista – vou participar das reuniões com vontade de trabalhar e largar universidade (CÉSAR, 1999, pp. 144-145).⁸

Aluizio Maranhão, então editor de economia, corrobora o relato de Ana Cristina:

No último ano eu fiz parte dessa equipe até que chegou o momento em que o Gasparian queria intervir muito no jornal. [...] Quando o patrão começa a interferir na sua liberdade de escrever, não dá mais certo. Ai, ele precisa te pagar mais, assinar a sua carteira (MARANHÃO, 2008, online).

O número 231 teve, afinal, Paulo Vieira e J. A. Pinheiro Machado como editores. Mas esse seria definitivamente o último número de *Opinião*. O pioneirismo do jornal, *surgido ainda nos anos mais difíceis da ditadura, acabou por desgastá-lo antecipadamente quando do processo de abertura política*. Esse desgaste, no entanto, não é vazio de sentido,

afinal, foi a existência de *Opinião* que permitiu a eclosão da evidente divergência entre as formas de pensar e atuar tradicionais, semi-bacharelescas, conchaveiras, e as formas de pensar e atuar mais recentes, curtidas no estilhecimento mental dos apartamentos pequeno-burgueses e no ambiente terrorífico da Universidade pós-68 (MORICONI, 1977, p. 7).

A penúltima edição de *Opinião*, o número 230 (de 1º abr. 1977, quando o Congresso Nacional acaba de ser fechado por decreto), além da manchete – “Brossard: Os rumos do MDB” – trazia ainda duas chamadas: “Futebol: alegria do povo ou alienação?” e “Barthes: Para que serve o intelectual?”. Interessa-nos aqui a segunda interrogação expressa na capa. Trata-se de uma longa entrevista concedida por Roland Barthes a Bernard-Henri Lévy, publicada pouco antes, em 10 de janeiro, na revista *Le Nouvel Observateur*.

⁸ A revista articulada por Montenegro se chamaria, afinal, *Beijo*, e seria lançada em novembro.

Entre questões acerca de seus livros, seu trabalho como crítico e outras, Barthes fala de seu posicionamento político. Apesar de seu aspecto de “assunto cultural”, em *Opinião* a entrevista não está publicada na seção Tendências e Cultura, mas no que seria a seção internacional (Mundo). Não constando qualquer informação no expediente já desde o número anterior do semanário – onde encontramos apenas o nome de Gasparian como diretor e uma longa lista de colaboradores –, não temos como saber quem seriam os responsáveis por sua escolha e publicação. Mas não nos surpreenderíamos se fossem os antigos “dissidentes da editoria de cultura” (na expressão de Kucinski): a fala de Barthes parece constituir o testamento do grupo deixado aos seus leitores. Vejamos a entrevista (BARTHES, 1977, pp. 16-18), destacando as questões acerca do posicionamento político do entrevistado.

Diante da colocação de Lévy de que, se fosse preciso defini-lo, o rótulo de “intelectual de esquerda” lhe cairia bem, Barthes afirma que caberia à esquerda incluí-lo entre seus intelectuais, destacando, entretanto, que ele entende a esquerda não como uma ideia, mas como uma sensibilidade obstinada, uma vez que, em seu caso, “há um fundo inalterável de anarquismo”. Daí sua sensibilidade extremada em relação à ubiquidade e resistência do poder – ele está por toda parte e é eterno. São os poderes o que lhe afeta, “onde quer que eles estejam”, e talvez por isso ele se considere mais “esquerdista” do que “à esquerda”. O que “complica as coisas” é que ele, Barthes, não tem o “estilo” do esquerdismo. Perguntado se acredita que um estilo ou uma recusa de estilo sejam suficientes para fundar uma política, responde afirmativamente: “ao nível do sujeito, uma política se fundamenta existencialmente nisso”.

Por outro lado, segundo Barthes, até então “a sensibilidade de esquerda se determinava em relação a cristalizadores que não eram programas e sim grandes temas” (o anticlericalismo antes de 1914, a paz no entreguerras, a Resistência, a Guerra da Argélia). “Hoje”, diz ele, “pela primeira vez, não há mais nada disso: há Giscard [d’Estaing], que é, do mesmo modo, um cristizador fraco, ou então um Programa Comum, o qual eu não vejo como, mesmo sendo bom, poderia mobilizar uma sensibilidade”.⁹

Barthes almoçara pouco antes com Giscard, político de centro-direita, atitude que, lembra Lévy, não foi aprovada pela esquerda, o que o entrevistado vê como uma indignação fácil: “foi chocante, incorreto. Não se deve tocar no inimigo, comer na mesma mesa com ele. Deve-se permanecer puro. Isto tudo faz parte das ‘boas maneiras’ da esquerda”. O entrevistador lhe pergunta se ele não tem vontade de retomar suas *Mitologias*, “ampliando o trabalho à esquerda, com as novas mitologias da esquerda”. Para Barthes, “é evidente que em 20 anos muita coisa mudou. Houve Maio de 1968, que liberou, abriu a linguagem da esquerda, com o inconveniente de lhe conferir uma certa arrogância”. Mas afirma que só o faria no dia em que a própria esquerda apoiasse a iniciativa. Acerca de uma dessas “mitologias”, Lévy lhe questiona se estaria claro para ele que Giscard seria “o inimigo”. Num sentido, tendo em vista aqueles que o presidente representa, “sim”, responde, mas “há uma dialética da história que faz com que um dia, talvez, ele seja menos nosso inimigo do que qualquer outro...”

Lévy aponta que, no fundo, a política de Barthes parece ser uma política “provisória, minimal, minimalista”, ao que o crítico afirma que essa noção de política mínima lhe interessa e lhe parece ser quase sempre “a menos injusta”. Esse mínimo “é o totalmente intratável, é o problema do fascismo”. Lévy lhe pergunta então se alguém deste limite, “fixado bastante no alto”, as coisas não seriam equivalentes e as escolhas políticas indiferentes. Barthes responde

⁹ Giscard d’Estaing era o presidente da França, cumprindo mandato de 1974 a 1981. O Programa Comum era o programa de reformas acordado entre o Partido Socialista, o Partido Comunista Francês e os Radicais de Esquerda em 1972.

que tal limite “não está tão no alto assim”, uma vez que considera fascista “todo regime que não apenas impede que se digam as coisas, como também, e principalmente, *obriga a dizê-las*” (grifos do original) e, ainda, “que esta é a tentação constante do poder, seu natural”. O limite, pois, pode ser logo alcançado. “Um minimalista político ainda pode desejar, querer a revolução?”

No meu caso, seria demagógico falar de revolução; falaria antes de subversão. É uma palavra mais clara para mim do que a palavra revolução. Ela significa: vir por baixo para abalar as coisas, desviá-las, levá-las aos lugares onde [não] são esperadas (p. 18).¹⁰

Questionado se, no final das contas, o liberalismo não seria também uma posição mínima bastante conveniente, Barthes afirma haver “dois liberalismos”: um liberalismo “que é quase sempre, subterraneamente, autoritário, paternalista, do lado da boa consciência” e “um outro liberalismo, mais ético que político, para o qual deveria ser encontrado um outro nome. Alguma coisa como uma profunda suspensão do julgamento”. “É uma ideia de intelectual?”, pergunta o entrevistador, ao que Barthes responde: “Trata-se, certamente, de uma ideia de intelectual”. Lévy lembra então que, houve um tempo, os intelectuais se consideravam o “sal da terra”.

Pessoalmente, eu diria antes que eles são o desejo da sociedade. O desejo no sentido estrito, isto é, que não serve para nada, a não ser que seja recuperado. Há regimes que se esforçam justamente para recuperar esses desejos que somos nós. Mas, em essência, um desejo não serve para nada. Em certo sentido, os intelectuais não servem para nada. [...] O desejo orgânico prova o *trajeto* da matéria que conduz a ele. O desejo humano, por exemplo, prova o trajeto nutritivo. Bem, o intelectual prova, ele mesmo, um trajeto histórico do qual ele é, de uma forma ou de outra, o desejo. Ele cristaliza, sob a forma de desejo pulsões, invejas, complicações, bloqueios, que pertencem provavelmente a toda sociedade. Os otimistas dizem que o intelectual é um “testemunha”. Eu diria antes que ele não passa de um “traço” (p. 18, grifo nosso).

Antes de seguirmos, porém, uma nota: onde se lê “desejo”, leia-se “dejeito”. É difícil acreditarmos que a “troca” tenha sido um mero erro de tradução (não creditada), uma vez que o termo utilizado por Barthes é *déchet*.¹¹ Se numa das citações anteriores havia a falta de um “não”, facilmente perceptível no contexto, aqui, embora também seja possível recuperarmos o termo correto (“o desejo humano [...] prova o trajeto nutritivo”), a situação é no mínimo engraçada. Talvez o copidesque tenha exagerado, mas, não fosse *Opinião* censurado tenazmente e não desconfiaríamos do censor, afinal, o termo aparece nada menos que oito vezes (além da pergunta intercalada: “O que o senhor entende por ‘desejo’ [sic]”).

Claro que os contextos de França e Brasil eram diferentes, mas a entrevista de Barthes, por outro lado, não deixa de apontar um certo vazio no campo político da esquerda de modo geral, ou, melhor dizendo, mais temporal que local. É preciso reter aqui o entendimento de

¹⁰ Aqui começamos a encontrar alguns problemas com a tradução/edição da entrevista que se tornarão graves adiante. Sobre a questão da revolução, em passagem anterior, Barthes já afirmara que a burguesia e o proletariado haviam se tornado abstrações, enquanto a pequena burguesia, por outro lado, estaria por toda parte.

¹¹ *Dejeito* é a palavra utilizada por Mario Laranjeira em sua tradução, cf. BARTHES (2004, pp. 364-393).

Barthes acerca desse lugar – a esquerda – não como ideia, mas como *sensibilidade*. Daí que se considere mais “esquerdista” do que “à esquerda”.

Conforme sugerimos acima, ao final, contra a vontade de Gasparian e seus amigos, *Opinião* se descaracteriza como instrumento da oposição para se tornar um instrumento de oposição, notadamente em sua editoria de cultura que, como disse Kucinski, “já se cansara da resistência pela resistência e precisava levantar novas bandeiras”.

Se a ditadura era o “cristalizador”, o “grande tema” determinante de uma sensibilidade não só de esquerda como política de modo geral – quando ela se torna o limite mínimo, o intratável, vale dizer, juntando desde apoiadores arrependidos do golpe a muitos daqueles que haviam optado pela luta armada –, agora, com a abertura, tal como Giscard na França de Barthes, ela é um “cristalizador fraco”, e um “programa comum” em torno da abertura não é capaz de mobilizar essa sensibilidade, mesmo porque a perspectiva de poder torna difícil a construção de um programa “comum”.

Para os dissidentes da cultura de *Opinião*, mais esquerdistas que à esquerda, mais subversivos que revolucionários, divulgar as “brigas internas da esquerda” é denunciar os poderes que lhes afetam, “onde quer que eles estejam”.

Segundo Júlio César Montenegro, houve por parte do grupo “uma tentativa de dinamizar o jornalismo cultural através da crítica aos conchavos e à aliança de grupos, através do questionamento de posições tradicionalmente estabelecidas em alguns setores da intelectualidade” (apud KUCINSKI, 2003, p. 337). Com o fim de *Opinião*, essa crítica tem continuidade em *Beijo*. O “artigo” de abertura do jornal, em seu primeiro número, não por acaso, é um jogo de múltipla escolha de nomes. Intitulado “Constituinte: o jogo da múltipla escolha”, conta com uma breve introdução:

Sociólogos, democratas, empresários, portadores de doença infantil, Ulysses, autênticos, estudantes, militares, moderados... de repente o debate. Pactos, reconciliações, aberturas, reformas. Capa de revista: e os operários? Constituinte. Como? Por quê? A quem serve? Bandeiras amplas. Saídas elitistas, saídas verdadeiras, saídas populares, saídas democráticas. Declarações. Quem é quem? Sabe-se até o ponto – aqueles que frequentam as páginas da política – em que se avisa o sujeito da declaração. Mas que interesses operam ao fundo? Resta ao leitor imaginá-los de acordo com seu conhecimento, maior ou menor, desse ou daquele declarante. Evidentemente, as coisas não são tão homogêneas, ao menos no plano das intenções. Mas qual a eficácia política nesse plano? Abaixo, algumas das recentes declarações oriundas de vários segmentos da oposição e situação (oficial e oficiosa). Um teste e um estímulo ao talento dedutivo do leitor, que terá na múltipla escolha um auxílio para a tarefa que, concordamos, não é das mais fáceis (AUGUSTO; CEZAR, 1977, p. 3).

Seguem-se então quatorze declarações, com três ou quatro opções de resposta, em que encontramos Francisco Weffort, Magalhães Pinto, Paulo Brossard, Fernando Henrique Cardoso, “Documento do MDB”, Jarbas Passarinho, Hélio Silva, Octavio Ianni, Luís Carlos Prestes, Jarbas Vasconcelos, Fernando Gasparian, Raimundo Pereira, Prudente de Moraes Neto, Sílvio Frota, Jorge Amado, Chico Pinto, Chico de Oliveira, Glauber Rocha, Nelson Werneck Sodré e até Thomas Jefferson, entre outros. A desconfiança, vemos, é generalizada.

Não se trata, portanto, de diferenças *apenas* acerca do jornalismo cultural. É certo que, nesse ponto, os dissidentes da cultura afastam-se tanto da ortodoxia de esquerda e sua ideia de cultura nacional-popular, quanto do esclarecimento humanista e sua ideia de cultura universal que, se diferentes, acabam unidos na “política cultural da frente ampla”, privilegiando a arte engajada, como dissera Ítalo Moriconi que, não por acaso, faz parte de *Beijo*. Trata-se também do dejetivo. Não há um programa político comum – *qual a eficácia nesse plano?*, pergunta o jogo da Constituinte. Os dissidentes da cultura resolveram não esperar o apoio da esquerda para questionar seus mitos.¹²

Mas o discurso de *Beijo*, curtido “no estilhaçamento mental dos apartamentos pequeno-burgueses e no ambiente terrorífico da Universidade pós-68”, crítico do modo de pensar da esquerda militante, do “liberalismo de boa consciência”, da *intelligentsia* cebrapiana, de *Movimento*, da cultura nacional-popular etc, é minoritário. Entre opinar e movimentar-se na arena política, parece não haver tempo para o beijo, ou, voltando ao equívoco barthesiano da tradução, para o desejo. O sucesso do jornal – apenas seis números publicados, o último em maio de 1978¹³ – foi inversamente proporcional àquele da outra publicação surgida de *Opinião: Movimento* teve 334 números e circulou até novembro de 1981.

E se o pós-68 é a diferença entre *Opinião* e *Beijo*, aqui, antes de 1968, houve 1964, e o pós-64 é a diferença entre *Opinião* e *Movimento*. Tonico Ferreira, secretário de redação de *Opinião* que deixou o jornal junto com Raimundo, lembra:

a gente não queria um jornal [chamado] *Opinião*, porque a gente achava: ‘vai chamar *Opinião*, isso é coisa de... parece coisa do passado’. Lembrava o show *Opinião*, de 1964. A gente não queria o passado, a gente não queria ditadura, mas não queria João Goulart (apud AZEVEDO, 2011, DVD anexo).¹⁴

Quando das prisões de Raimundo e Gasparian em abril de 1973, Tonico foi incumbido pela redação de ir à casa do diretor de *Opinião* para levar a decisão a que haviam chegado:

[...] falei: “Com licença, nós achamos que a dona Dalva [esposa de Gasparian] e a Sizue [esposa de Raimundo] têm que sair daqui agora, ir lá para a polícia, bater na porta da polícia e dizer: “nossos maridos estão aí e nós queremos eles de volta”. Puta, foi um desastre. Os caras falavam assim: “isso é provocação!”, tudo era provocação, essa é que era a nossa diferença. [...] A nossa diferença era essa. Tinha o pessoal que não queria se mexer, tinha uma esquerda que não queria se mexer, que era a esquerda antiga, e tinha a esquerda que foi se enfiar nas coisas da luta armada. Nós estávamos no meio, que era a única posição razoável, era a que mais incomodava o governo (apud AZEVEDO, 2011, DVD anexo).

¹² “Devido talvez ao rigor da censura sobre outras áreas editoriais, a seção que mais se destacou na última fase de *Opinião* foi ‘Tendências e Cultura’, onde o tom polêmico era mais acirrado e muitas questões levantadas causaram impacto não só pela forma nova como eram expressas (num articulismo meio desenfreado, subjetivo, mas combativo e apaixonado) como também por colocarem em discussão totens e mitos da esquerda brasileira” (MORICONI, 1977, p. 7).

¹³ Além de Montenegro (Administração) e Genilson Cezar (Diretor responsável), *Beijo* tinha ainda outros 38 “diretores”. Para uma leitura do jornal, ver CAMARGO, 2012, pp. 5-60.

¹⁴ “Assunto” era o nome que tinham em mente.

Marcos Gomes, editor de economia de *Opinião e Movimento*, dá outro exemplo dessa diferença: “Você chegava na casa dele [Gasparian], vinha um garçom, perguntavam se você queria whisky, vodca, suco de laranja, soda limonada”. Ao que o entrevistador, Carlos Azevedo, complementa: “Aquilo era agressivo para os esquerdistas da época.”

Então, a gente não estava muito a fim, digamos assim, isso era um papel que aquela turma do Partidão estava mais acostumada a fazer. Nós saíamos da redação, a gente queria conviver com a família, ir para a praia, a um cinema, jogar uma pelada. [...] Acho que ele [Gasparian] viu que era uma redação muito diferente para seus padrões, a gente fala esse negócio da bermuda do Raimundo [era um escândalo para ele o Raimundo ir para a redação de bermuda, toda esfiapada]. [...] Não éramos jornalistas e intelectuais de Ipanema (GOMES apud AZEVEDO, 2011, DVD anexo).

Poderíamos dizer, com Barthes, que era “chocante”, “incorreto” – “agressivo” –, o que demonstra a “cristalização” necessária da ditadura para que, de aliados, não se transformassem em adversários. Vemos também a medida que separa a política da cultura:

Mas ali nós tínhamos, se não me engano, duas frentes: tinha uma do Gasparian, que era mais questão dos amigos dele, das coisas; e tinha a outra com o pessoal da cultura, que era o Júlio César Montenegro, que eles queriam fazer do jornal uma vanguarda do movimento artístico no Brasil, que não era o nosso objetivo. A gente não ia ficar brigando por questões estéticas quando estavam em jogo questões políticas. A gente achava que não precisava (FERREIRA apud AZEVEDO, 2011, DVD anexo).

A posse de Geisel, no começo de 1974, iria “distender” também as relações no interior de *Opinião*: “então, a oposição começou a se dividir. Dentro do jornal, esse era o problema. Nós, de certa maneira, expressamos uma ala popular do movimento democrático que começou a se distinguir disso”, diz Raimundo (apud AZEVEDO, 2011, DVD anexo). Na discussão do projeto do novo jornal surgiu a ideia de que “ele tinha que ser em São Paulo, porque lá nós tínhamos mais apoio nas redações, [...] levantou-se, também, que o movimento social era mais forte lá” (GOMES apud AZEVEDO, 2011, DVD anexo). Nessa discussão, ainda,

se decidiu por unanimidade que se pretendia um jornal mais popular e que, diante da impossibilidade de ser lido ou mesmo comprado amplamente, por exemplo, por trabalhadores sindicalizados, falasse de temas que pudessem interessar a esses trabalhadores e numa linguagem que pudesse ser entendida por eles [...]. Disso decorreu uma preocupação de *Movimento* em descrever as condições de vida das massas, apresentar a cena brasileira, a gente brasileira (PEREIRA, 1975b, p. 6).

Segundo Bernardo Kucinski (2003, p. 346), membro do Conselho de Redação do novo jornal

Em *Movimento*, torna-se explícito e demarcado o programa político de frente ampla que em *Opinião* aparecia de forma difusa. [...] Na passagem entre os dois programas há uma sutil mudança de linguagem, com o aparecimento de novas adjetivações políticas, como “personalidades democráticas”, ou “combativo”. Redefine-se o objetivo editorial, para atingir os setores mais populares, em contraposição aos objetivos quase que estritamente intelectuais do *Opinião*.¹⁵

Desse modo, procurando “expressar” a “ala popular” e distanciar-se do intelectualismo de *Opinião*, *Movimento* “propunha-se a realização de uma estética popular, arejada, com textos curtos, leves, mais ‘nervosos’ no sentido de serem portadores de uma energia mais dinâmica e ágil do que os de seu antecessor” (AGUIAR, 2012).¹⁶ A “Cena brasileira”, misto de crônica/reportagem, já existente no *Opinião*, ganha destaque (assim como a correlata “Gente brasileira”), uma vez que “coadunava com a decisão de priorizar a temática popular, e era mais tolerada pela censura que via nessas reportagens peças literárias sem valor político” (KUCINSKI, 2003, p. 356).

A “distensão” (e a dialética barthesiana), contudo, seguiria seu curso: no final de abril de 1977, semanas após o encerramento de *Opinião*, “*Movimento*, tal como fora fundado, dois anos antes, tinha acabado. Ele continuaria a existir, mas seria outro” (AGUIAR, 2012). Sem mais possibilidade de um *programa comum*, aquele “explícito e demarcado”, parte da redação – Kucinski e Aguiar à frente – deixa o jornal para fundar, em seguida, *Em Tempo*.

Mas, naquele fim de abril o jornal rachou, e ali uma era da imprensa alternativa começou a acabar. E mais: uma era do jornalismo brasileiro de esquerda começou a acabar, aquela iniciada com *Última Hora* e seus ideais nacionalistas da década de 1950 – de que Gasparian era raiz, parte e fruto –, e uma nova era de (re)partidarização do espaço jornalístico se abriu” (AGUIAR, 2012).

Tonico, posteriormente, revê a postura da equipe, desde a saída de *Opinião*:

Por que nós saímos da ditadura com a mesma imprensa que começamos a ditadura? A ditadura durou 20 anos. Entramos com *Folha de S. Paulo*, *Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *Jornal do Brasil* e saímos com *O Globo*, *JB*, *Folha* e *Estado de S. Paulo*. Não aconteceu nada, não surgiu nenhum jornal. [...] Por quê? Culpa da direita? Não, culpa da esquerda. [...] A esquerda no Brasil só sabe se dividir, não precisa de inimigos. Então, vão se dividindo, se dividindo, se dividindo... (apud AZEVEDO, 2011, DVD anexo).

¹⁵ Assim como *Opinião* contava com intelectuais de peso em seu Conselho de Colaboradores, *Movimento* contava com “personalidades democráticas” em seu Conselho Editorial, “nomes representativos da política e cultura brasileira”: Alencar Furtado, André Forster, Audálio Dantas, Chico Buarque, Edgar da Mata Machado, Fernando Henrique Cardoso, Hermilo Borba Filho e Orlando Villas-Boas.

¹⁶ Dividindo a função com Ricardo Maranhão, José Miguel Wisnik e, a partir de 1976, com Maria Rita Kehl, Flávio Aguiar foi um dos editores de cultura de *Movimento* de 1975 a 1977.

Raimundo responde também à questão:

Quando a censura acabou, o Gasparian poderia ter feito um semanário, não fez. Não é fácil fazer um órgão de imprensa. A classe social que o Gasparian representava, a burguesia progressista, da qual, sinteticamente, acho que ele foi o último representante digno, não tinha disposição de lutar contra a ditadura para empurrar o regime democrático brasileiro para além disso que se está vendo aqui hoje (apud AZEVEDO, 2011, DVD anexo).

Referências

- ADAMATTI, M. M. *A crítica cinematográfica no jornal alternativo Opinião*. Frentismo, estética e política nos anos setenta. Tese (Doutorado em Meios e Processos Audiovisuais). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- AGUIAR, F. Imprensa alternativa: *Opinião*, *Movimento* e *Em Tempo*. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012. Livro digital.
- AZEVEDO, C. *Movimento*. Uma reportagem. Belo Horizonte: Manifesto, 2011.
- BARTHES, R. Para que serve um intelectual. In: *O grão da voz*. Entrevistas: 1962-1980. Trad. Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 364-393.
- BARTHES, R. Para que serve um intelectual? *Opinião*, Rio de Janeiro, n. 230, 1º abr. 1977, p. 16-18. Entrevista a Bernard-Henry Lévy.
- CAMARGO, M. L. de B. Um *Beijo* pra vocês. Literatura e imprensa alternativa, anos 70. *Boletim de Pesquisa NELIC*, Florianópolis, v. 12, n. 18, p. 5-60, 2012.
- CARDOSO, F. H. Fernando Gasparian, guerreiro e amigo. *Política externa*, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 11-13, dez./fev. 2006/2007.
- CESAR, A. C. *Correspondência incompleta*. Org. Armando Freitas Filho e Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Aeroplano, 1999.
- DINES, A. Resposta (1). *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 out. 1975, p. 10.
- FIM DE UMA ETAPA. *Opinião*, Rio de Janeiro, 1 abr. 1977, p. 6.
- GASPARI, E. Alice e o camaleão. In: GASPARI, E; HOLLANDA, Heloisa B. de; VENTURA, Zuenir. *Cultura em trânsito*. Da repressão à abertura. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, p. 12-37.
- HOLLANDA, H. B. de; PEREIRA, C. A. M. *Patrulhas ideológicas*. Marca reg. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- KENSKI, V. M. *O fascínio do Opinião*. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.
- KUCINSKI, B. *Jornalistas e revolucionários*. Nos tempos da imprensa alternativa. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2003.

MACHADO, J. A. P. *Opinião X censura*. Momentos da luta de um jornal pela liberdade. Porto Alegre: L&PM, 1978.

MARANHÃO, A. Depoimento. *Memória do jornalismo brasileiro*. Entrevista concedida a Esther Medina, Giuliana Azevedo e Leandro Morgado, 20 jun. 2008. Disponível em mjb.mercuri-tecnologia.net.br

MARQUARDT, E. *Cultura em Opinião*. As páginas de “Tendências e Cultura” (1972-1977). Dissertação (Mestrado em Literatura). Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

MORICONI, Í. *Ana C*. O sangue de uma poeta. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

MORICONI, Í. O fim temporário de *Opinião*. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 16-17 abr. 1977. Suplemento da Tribuna, p. 7.

PEREIRA, R. Nasce um jornal. *Movimento*, São Paulo, n. 0, s/d, 1975a, p. 4/6.

PEREIRA, R. Ex apresenta a opinião de Raimundo Pereira. *Ex*, São Paulo, n. 12, p. 34-39, jun. 1975b. Entrevista a Hamilton Almeida Filho.

SUBSTITUIÇÃO. *Opinião*, Rio de Janeiro, n. 122, 7 mar. 1975, p. 2.

UM NOVO SEMANÁRIO NACIONAL. *Opinião*, Rio de Janeiro, n. 0, 23 out. 1972, p. 1-2.

Recebido em: 02/12/2020

Aceito em: 27/01/2020